



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Identificação

Área de Avaliação: **MEDICINA VETERINÁRIA**

Coordenadora de Área: Maria Angélica Miglino (USP) *

Coordenador-Adjunto de Área: José Ricardo de Figueiredo (UECE)

Coordenador-Adjunto de Mestrado Profissional: Rômulo Cerqueira Leite (UFMG)

I. Considerações gerais sobre o estágio atual da Área

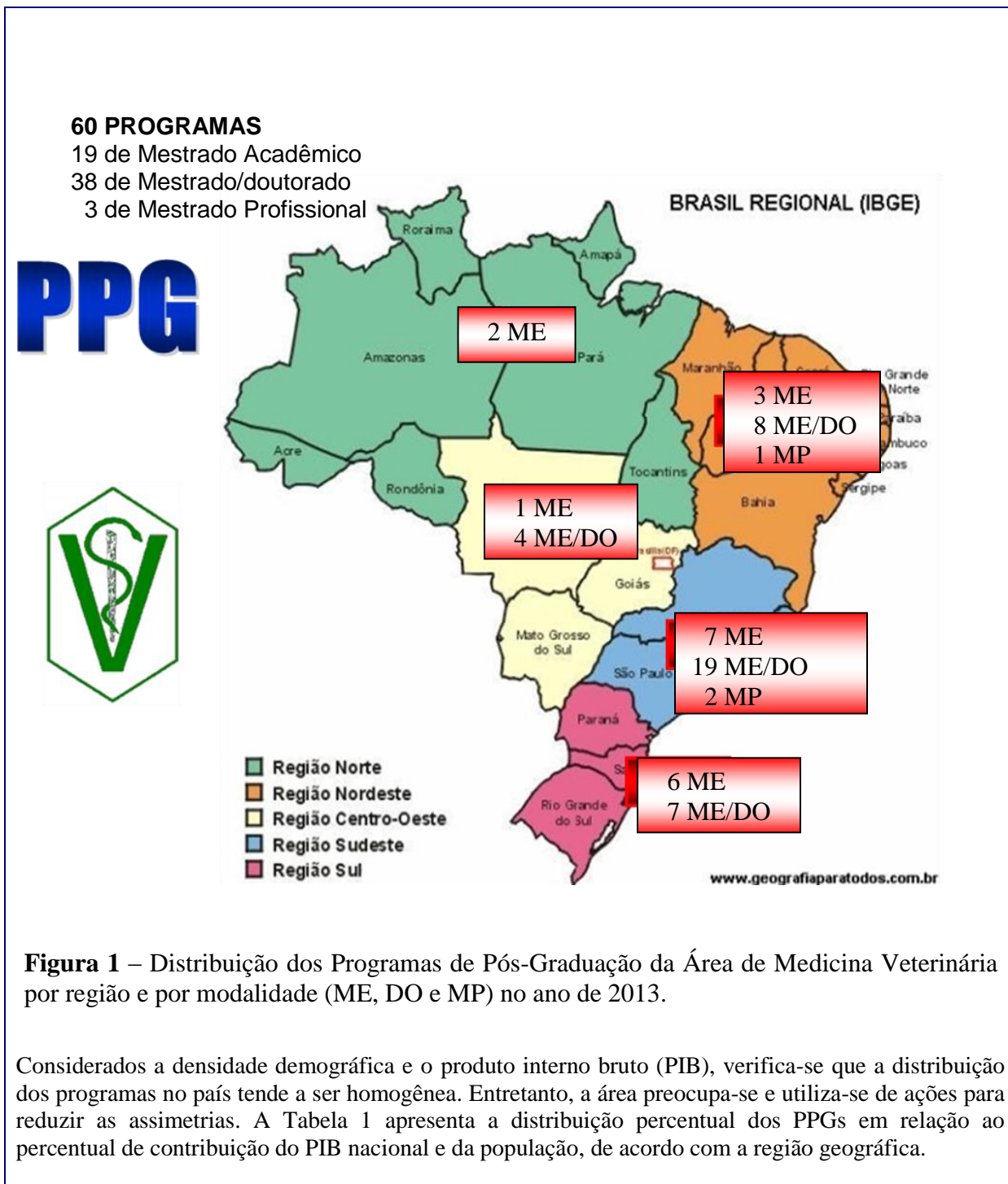
A Pós-graduação em Medicina Veterinária visa atender às exigências crescentes da profissão nas áreas de sanidade, produção e comercialização de produtos de origem animal. Na formação deste profissional incluem-se a aquisição de habilidades, o desenvolvimento do espírito crítico e as tendências tecnológicas de aprimoramento e inovação. É fundamental considerar a importância na produção do conhecimento científico e no desenvolvimento e aprimoramento tecnológico da área, bem como as suas inserções no desenvolvimento do agronegócio, na segurança alimentar e nos impactos sociais, científicos, econômicos e tecnológicos resultantes deste processo. Desta forma, os Programas de Pós-graduação (Mestrado acadêmico, Doutorado e Mestrado Profissional) devem demonstrar inserções regionais e nacionais relevantes. Muitos são verdadeiros polos difusores de conhecimento e de treinamento em áreas relevantes da ciência e atendem a solicitações dos Ministérios da Agricultura, da Saúde, da Ciência e da Tecnologia, entre outros.

A área de Medicina Veterinária está em consonância com o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020, uma vez que as propostas apresentam afinidade com o cenário da Pós-Graduação na próxima década, assim como na expansão dos Programas de Pós-Graduação (PPGs), em virtude de ter sido observado crescimento em todas as regiões do país, especialmente na Região Nordeste. Ressalta-se também que a área tem atendido de forma satisfatória “a preocupação com a capacitação do discente no exterior, especialmente através de doutorado sanduíche”.

A produção científica da área alicerça-se nos Programas de Pós-Graduação e estes são os responsáveis pelos mais altos níveis de citações internacionais na Área de Medicina Veterinária, bem como pelo quinto lugar no mundo de publicações na área.

A Medicina Veterinária conta em 2013 com 60 programas de Pós-graduação e insere-se na Grande Área de Ciências Agrárias, a qual abriga 60 programas, entre os quais 19 são de Mestrado, 38 são de Doutorado e Mestrado e 3 são de Mestrado Profissional. A distribuição destes programas é de: 3,3% na Região Norte, 20,0% na Região Nordeste, 21,7% na Região Sul, 8,3% na Região Centro-Oeste e 46,7% na Região Sudeste (Figura 1).

DOCUMENTO DE ÁREA 2013



DOCUMENTO DE ÁREA 2013**Tabela 1** – Distribuição percentual de Programas de Pós-graduação em Medicina Veterinária, do PIB e da população

Região	PPG Veterinária (%)	PIB (%)	População (%)
Sul	20,6	16,7	14,4
Sudeste	47,6	58,3	42,1
Centro-Oeste	7,9	5,1	7,4
Nordeste	20,6	15,1	27,8
Norte	3,3	4,5	8,3

Anualmente a Área de Medicina Veterinária apresenta uma demanda de propostas de cursos novos, que corresponde a, aproximadamente, 20% do número total de PPGs. Destas solicitações, após análise, são criados, em média, 10% de cursos/programas novos. No entanto, alguns itens do PNPG 2011-2020 ainda necessitam de maior atenção, como por exemplo, o Mestrado Profissional, que tem despertado pouco interesse da comunidade acadêmica. A área possui apenas 3 cursos. Esse tema foi objeto de discussão no Seminário de Acompanhamento dos PPGs da área, realizado em 2012, onde se concluiu que existe um grande potencial para a criação de novos cursos de mestrado profissional na área, mas que as propostas apresentadas geralmente não possuem o perfil desejado para este tipo de modalidade. Desta forma, a nomeação do Coordenador Adjunto de Mestrado Profissional trará grande contribuição para a identificação de grupos com o potencial de criar cursos nessa modalidade, estabelecer um diagnóstico preciso e já vislumbrar futuras políticas de incremento. A partir daí, a Área irá buscar formas de estimular a criação destes cursos, por atender a um grande número de profissionais que desejam realizar um mestrado para se capacitarem a atuar em clínicas veterinárias, fazendas, indústrias, órgãos de defesa sanitária, etc.

Além do crescimento expressivo observado nos últimos anos, a área tem atingido níveis de excelência em termos qualitativos na avaliação trienal dos programas. A produção acadêmico-científica dos docentes e discentes envolvidos na Pós-Graduação tem crescido e melhorado em termos de qualidade, assim como as Teses e Dissertações defendidas. Constata-se um crescente número de mestres e doutores titulados na área, uma vez que no triênio (2007-2009) foram titulados 1632 mestres e 589 doutores, e nos anos de 2010 e 2011 foram titulados 1406 mestres e 467 doutores, estando de acordo com as metas previstas no PNPG 2011-2020. A Medicina Veterinária possui hoje 7 programas com notas 6 e 7, 12 programas com nota 5 e 41 programas com notas 3 e 4. Este resultado pode estar relacionado ao Sistema de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação, uma vez que o documento de área é atualizado a cada Triênio, visando à melhoria dos critérios de avaliação, assim como tentando equacionar as distorções eventualmente detectadas na avaliação anterior. Ressalta-se também o cuidado na indicação dos nomes a serem submetidos para as comissões de avaliação das diferentes demandas da área, visando contemplar diferentes regiões, instituições, formação e experiências dos avaliadores. Os docentes permanentes publicaram 1,41 artigos, em periódicos A1, A2 e B1, em 2009,



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

sendo este um reflexo do investimento da pesquisa em Medicina Veterinária, alicerçada à qualidade da formação pós-graduada.

INTERDISCIPLINARIDADE

A interdisciplinaridade constitui-se na inter-relação e na integração de saberes específicos, oriundos de diversas áreas afins ou complementares. Na área de Medicina Veterinária, a interdisciplinaridade proporciona o aprofundamento do conhecimento, a partir da interação entre diferentes áreas do conhecimento, como anatomia, genética, bioquímica, biofísica, farmacologia, zootecnia, biologia, entre outras. Uma proposta interdisciplinar implica em uma concepção unitária frente a um problema do conhecimento, possibilitando um diálogo entre os vários campos disciplinares divergentes, mas complementares. O termo “interdisciplinaridade” sugere a existência de disciplinas em separado, autônomas, que se pretende inter-relacionar, estendendo fronteiras, sobrepondo contextos, explorando faixas intermediárias.

A Pós-Graduação na Área de Medicina Veterinária visa atender às exigências crescentes da profissão nas áreas de sanidade, produção e comercialização de produtos de origem animal. Na formação deste profissional incluem-se a aquisição de habilidades, o desenvolvimento do espírito crítico e as tendências tecnológicas de aprimoramento e inovação. É fundamental considerar a importância na produção do conhecimento científico e no desenvolvimento e aprimoramento tecnológico da área, bem como as suas inserções no desenvolvimento do agronegócio, na segurança alimentar e nos impactos sociais, científicos, econômicos e tecnológicos resultantes deste processo. Por conseguinte, no ensino da Pós-graduação, as diretrizes curriculares devem conter um vínculo com a visão interdisciplinar da prática docente e profissionalizante, na medida em que interage com conhecimentos de outras áreas para promover a sanidade e a produção animal.

ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Considerando o número (60) de programas, o número de alunos matriculados e a distribuição dos Programas de Pós-Graduação no país, a Medicina Veterinária apresenta amplas possibilidades de apoio ao ensino fundamental e médio. Trata-se de área vinculada a diversas subáreas, tais como a saúde e bem estar do animal e do próprio homem, contando com inúmeras possibilidades para auxiliar na educação dos alunos que se preparam para ingressar nas Universidades ou são dirigidos precocemente à vida profissional. Dentre os 60 programas de Pós-graduação da Medicina Veterinária pelo menos 70% deles dedicam-se à Área de produção e sanidade animal. Estes já possuem ou poderiam elaborar projetos de extensão relacionados à Medicina Veterinária coletiva, ao bem estar animal, às zoonoses, à produção sustentável, à epidemiologia e controle das doenças e às diferentes formas de interação homem-animal. Outros temas não menos relevantes, tais como a posse responsável, a biotecnologia da reprodução aplicada às espécies convencionais e não convencionais, as campanhas de vacinação e de erradicação das doenças, assim como a assistência profilática às propriedades agropecuárias, poderiam de maneira semelhante constituir temas extremamente úteis à complementação do plano de estudos do ensino fundamental e médio. A forma de abordagem destes temas poderia envolver o ensino formal e



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

não formal. Incluem-se nestas ações o apoio e a preparação dos professores do ensino fundamental e médio. Esse tipo de atividade seria igualmente inserido nos Programas de ensino dos pós-graduandos, os quais obteriam créditos complementares pela coordenação, desenvolvimento e participação nos projetos de extensão. Vários exemplos internacionalmente conhecidos conferem aos pós-graduandos grandes benefícios por sua atuação com o ensino fundamental e médio, tais como os da Fundação Itzac Parnas (Israel) e o projeto da Universidade de Göttingen (Alemanha), os quais possuem objetivos semelhantes. Os alunos do ensino fundamental e médio frequentam a Universidade (instalações específicas para esta finalidade) e cumprem atividades adequadas à sua idade e talento. Assim, até determinada idade, torna-os capaz de planejar um experimento e formular uma hipótese, por exemplo.

Considerando as dimensões e a diversidade brasileiras, os problemas regionais e o crescimento da Pós-graduação na Medicina Veterinária, a coordenação encontra-se avaliando as experiências bem sucedidas, com o objetivo de estimular ações de curto e médio prazo para serem desenvolvidas nas diferentes regiões do país. Além disso, consideram-se as necessidades locais e as características dos Programas de Pós-Graduação, bem como as possibilidades de estruturação de Redes de Cooperação entre instituições, cujos objetivos estariam voltados ao compromisso da Pós-Graduação no auxílio à educação no ensino fundamental e médio.

** Este documento de área foi escrito pela Prof.^a Maria Madalena Pessoa Guerra e apresentado ao CTC-ES para aprovação. A forma final de atendimento ao estabelecido na análise do CTC-ES foi feita pela Prof.^a Maria Angélica Miglino.*

II. Requisitos e orientações para Propostas de Cursos Novos

Os requisitos foram elaborados pela Área de Medicina Veterinária, conforme recomendações do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) e discussões e sugestões obtidas nas reuniões de Coordenadores e Seminários de acompanhamento.

MESTRADO (ACADÊMICO)

Proposta do Curso

Os elementos essenciais da proposta do Programa incluem objetivos, área(s) de concentração, linhas de pesquisa e estrutura curricular, os quais devem estar bem definidos e articulados uns com os outros, de modo coerente, bem como consistentes com a base de pesquisa do grupo proponente.

A proposta deve apresentar de forma clara os objetivo(s) e as justificativas(s) para a implantação do



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

novo Programa de Pós-Graduação, além de ser inovadora e relevante do ponto de vista científico e tecnológico, visando contribuir para o crescimento da área.

Quando oriundas de regiões carentes de Programas de Pós-graduação, as propostas deverão apresentar inserção regional, demonstrando o benefício da criação do programa para o desenvolvimento da região. O perfil do profissional a ser formado deverá ser bem especificado, caracterizando as suas habilidades e competências.

A proposta deve ser bem estruturada e evidenciar que o grupo proponente trabalha de forma articulada junto à instituição e em grupos de pesquisa. Propostas de cursos em associação deverão apresentar todos os procedimentos e documentos que regulamentam as atividades do Curso/Programa.

O regimento do Curso/Programa de Pós-graduação deverá ser anexado, explicitando todas as normas que regulamentam o curso, assim como a sistemática do processo de seleção de alunos, incluindo número de vagas, periodicidade e critérios de avaliação.

Os critérios de credenciamento e credenciamento dos docentes devem ser apresentados de forma clara e objetiva no regimento ou resolução do curso.

A estrutura curricular deve ser adequada à(s) área(s) de concentração, linhas e projetos de pesquisa propostos. A ementa e a bibliografia das disciplinas deverão ser atualizadas e adequadas à modalidade do curso e ao perfil de formação do aluno. É importante salientar que as ementas devem sintetizar o conteúdo das disciplinas (não seus objetivos ou procedimentos de ensino).

Recomenda-se que cada linha de pesquisa tenha, no mínimo, dois docentes permanentes (DP) e que cada DP participe, no máximo, de três linhas de pesquisa do programa.

Corpo Docente

O Corpo Docente deverá ser constituído exclusivamente de docentes portadores de título de doutor, com produção intelectual relacionada à(s) área(s) de concentração e às linhas de pesquisa do programa, estando adequada em termos de quantidade e qualidade.

O Curso/Programa deverá apresentar, no mínimo, dez (10) docentes permanentes, visando garantir o adequado funcionamento das atividades. Duas portarias da CAPES normatizam a composição do Corpo Docente nos Programas de Pós-graduação. A Portaria CAPES nº 1/2012 define a atuação dos docentes no programa, estabelecendo o número de programas em que um docente pode participar como permanente; adicionalmente, fixa diretrizes para que cada área defina o percentual de docentes colaboradores na proposta. A Portaria CAPES nº 2/2012 define as categorias de docentes (permanentes, colaboradores e visitantes), estabelecendo os requisitos para que cada docente seja incluído nestas categorias. De acordo com estas Portarias da CAPES (nº 1 e 2, de 04/01/2012) setenta por cento (70%) dos docentes devem ter vínculo em tempo integral com a instituição proponente, exceção feita às formas associativas. A participação do DP em Programas de Pós-graduação deve



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

atender à Portaria CAPES nº 1/2012.

Conforme estabelecem estas portarias, o núcleo de docentes permanentes deve ser composto por professores que demonstram capacidade de conduzir as principais atividades do Programa, sem dependência da participação de docentes colaboradores e visitantes. Docentes visitantes e colaboradores, caso existam, devem agregar qualidade à proposta.

É recomendável que a proposta incorpore um pequeno perfil de cada docente, informando, por exemplo, a participação de membros do Corpo Docente em atividades que revelam liderança na área, intercâmbio, e participação em redes de pesquisa. Essas informações contribuem para aferir a maturidade do Corpo Docente proposto e sua capacidade de liderar grupos de pesquisa bem sucedidos.

Para a criação de Mestrado, os docentes deverão ter experiência de orientação na graduação (iniciação científica e/ou trabalho de conclusão de curso). É desejável, ainda, que o corpo docente não seja todo composto por recém-doutores ou por doutores com tempo de atuação profissional que ultrapasse a exigência legal para aposentadoria, ou que já estejam aposentados em outras instituições, e que tenham sido reunidos apenas com o objetivo de constituir um grupo experiente para iniciar um programa em uma nova instituição. Evidentemente, alguns docentes experientes e já aposentados, mas ainda muito produtivos – e são muitos os casos – podem compor o Corpo Docente do Programa.

Deverá ser evidenciado que o Corpo Docente tenha atividades de pesquisa vinculadas aos projetos de pesquisa do programa.

Atividades de Pesquisa

As linhas e os projetos de pesquisa deverão estar coerentemente vinculados à proposta do programa e à(s) área(s) de concentração. Deve-se ressaltar que os projetos de pesquisa devem abranger e refletir as atividades do programa (e não a atividade docente).

A proposta deve destacar os apoios (em formas de financiamentos ou parcerias) recebidos pelos projetos de pesquisa em desenvolvimento, o que assegura uma maior visibilidade das iniciativas e capacidade de captação de recursos do Corpo Docente. Tais apoios constituem, adicionalmente, evidências do mérito das propostas de pesquisa desenvolvidas pelo grupo.

É importante que a proposta registre as formas de intercâmbio e inserção dos docentes em redes de pesquisa nacionais e/ou internacionais, que revelem sua articulação com Centros de pesquisa relevantes para a área de concentração ou linhas de pesquisa do Programa.

Produção Intelectual

A produção intelectual deve guardar estreita relação com a proposta, a(s) área(s) de concentração, as linhas e os projetos de pesquisa do curso proposto, assim como com o perfil de formação desejado. Os docentes permanentes devem possuir publicação científica de qualidade e vinculada à proposta do programa. Para ser recomendada, a proposta deve atender aos critérios mínimos exigidos para a nota 3,



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

conforme critérios de avaliação da área.

É recomendável conhecer os indicadores de produção da Área de Medicina Veterinária, descrevendo como o grupo se situa em relação a esse perfil e como projeta o seu desenvolvimento.

Infraestrutura de Ensino e Pesquisa

Ao propor a criação de um Programa de Pós-Graduação é fundamental que a instituição viabilize as condições de acesso de docentes e discentes à literatura relevante, tanto em bibliotecas quanto em sistemas *on line*. Além de salas de aula, a instituição deve garantir, também, a existência de espaços diversificados para docentes e discentes, compatíveis com as necessidades específicas do programa. Os laboratórios, equipamentos e outras instalações especiais requeridas pelas atividades de ensino e pesquisa do Corpo Docente devem estar assegurados dentro de padrões satisfatórios.

Apoio Institucional e condições oferecidas pela Instituição de Ensino Superior (IES)

A proposta deve vir acompanhada de documentos institucionais que comprovem que a mesma foi avaliada e aprovada pelas instâncias competentes no âmbito da instituição, assegurando o apoio necessário para as atividades acadêmico-científicas do curso.

Documentos que explicitem, de forma mais detalhada, o apoio que a instituição pretende dar ao Curso, podem contribuir para uma melhor avaliação das condições, das ações e dos fomentos previstos para viabilizar a implantação e consolidação do Programa.

É desejável que as ações e os fomentos sejam diversificados, não se limitando à infraestrutura física e material, mas incorporando políticas que assegurem a dedicação do Corpo Docente às atividades de ensino e pesquisa na Pós-Graduação.

Outras Recomendações

A proposição de novos cursos na Área de Medicina Veterinária deve observar os critérios definidos para o Sistema de Pós-graduação como um todo e aqueles adotados pela Área de Medicina Veterinária em particular. Recomenda-se aos grupos interessados na proposição de novos cursos a leitura dos documentos da área, disponíveis na página eletrônica da CAPES (<http://www.capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4640-medicina-veterinaria>), que explicitam os critérios empregados na avaliação.

As propostas são avaliadas observando-se o atendimento às exigências para cada um de seus elementos: objetivos, concepção sobre a formação a ser oferecida, base de pesquisa, estrutura curricular, qualificação e experiência do corpo docente e condições institucionais.

É importante que a proposta de um curso novo reflita a realidade de produção científica e organização acadêmica dos seus participantes (em particular, do Corpo Docente permanente). Ainda que a proposta



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

possa projetar desenvolvimentos futuros do grupo, espera-se que ela descreva uma realidade que pode ser claramente visualizada face às condições presentes de atuação do Corpo Docente permanente.

DOUTORADO

Proposta do Curso

Os elementos essenciais da proposta do Programa incluem objetivos, área(s) de concentração, linhas de pesquisa e estrutura curricular, os quais devem estar bem definidos e articulados uns com os outros de modo coerente, bem como consistentes com a base de pesquisa do grupo proponente.

A proposta deve apresentar de forma clara os objetivo(s) e as justificativas(s) para a implantação do novo Programa de Pós-graduação, além de ser inovadora e relevante do ponto de vista científico e tecnológico, visando contribuir para o crescimento da área.

Quando oriundas de regiões carentes de Programas de Pós-Graduação, as propostas deverão apresentar inserção regional, demonstrando o benefício da criação do programa para o desenvolvimento da região. O perfil do profissional a ser formado deverá ser bem especificado, caracterizando as suas habilidades e competências.

A proposta deve ser bem estruturada e evidenciar que o grupo proponente trabalha de forma articulada junto à instituição e em grupos de pesquisa. Propostas de cursos em associação deverão apresentar todos os procedimentos e documentos que regulamentam as atividades do Curso/Programa.

O regimento do Curso/Programa de Pós-graduação deverá ser anexado, explicitando todas as normas que regulamentam o curso, assim como a sistemática do processo de seleção de alunos, incluindo número de vagas, periodicidade e critérios de avaliação.

Os critérios de credenciamento e descredenciamento dos docentes devem ser apresentados de forma clara e objetiva no regimento ou resolução do curso.

A estrutura curricular deve ser adequada à(s) área(s) de concentração, linhas e projetos de pesquisa propostos. A ementa e a bibliografia das disciplinas deverão ser atualizadas e adequadas ao nível do curso e ao perfil de formação do aluno. É importante salientar que as ementas devem sintetizar o conteúdo das disciplinas (não seus objetivos ou procedimentos de ensino).

Recomenda-se que cada linha de pesquisa tenha, no mínimo, dois DP e que cada DP participe, no máximo, de três linhas de pesquisa do programa.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Corpo Docente

O Corpo Docente deverá ser constituído exclusivamente de docentes portadores de título de doutor, com produção intelectual relacionada à(s) área(s) de concentração e às linhas de pesquisa do programa, estando adequada em termos de quantidade e qualidade.

O Curso/Programa deverá apresentar, no mínimo, dez (10) docentes permanentes, visando garantir o adequado funcionamento das atividades. Duas portarias da CAPES normatizam a composição do Corpo Docente nos Programas de Pós-graduação. A Portaria CAPES nº 1/2012 define a atuação dos docentes no programa, estabelecendo o número de programas em que um docente pode participar como permanente; adicionalmente, fixa diretrizes para que cada área defina o percentual de docentes colaboradores na proposta. A Portaria CAPES nº 2/2012 define as categorias de docentes (permanentes, colaboradores e visitantes), estabelecendo os requisitos para que cada docente seja incluído nestas categorias. De acordo com estas portarias da CAPES (nº 1 e 2, de 04/01/2012) setenta por cento (70%) dos docentes devem ter vínculo em tempo integral com a instituição proponente, exceção feita às formas associativas. A participação do DP em Programas de Pós-graduação deve atender à Portaria CAPES nº 1/2012.

Conforme estabelecem estas portarias, o núcleo de docentes permanentes deve ser composto por professores que demonstram capacidade de conduzir as principais atividades do Programa, sem dependência da participação de docentes colaboradores e visitantes. Docentes visitantes e colaboradores, caso existam, devem agregar qualidade à proposta.

É recomendável que a proposta incorpore um pequeno perfil de cada docente, informando, por exemplo, a participação de membros do Corpo Docente em atividades que revelam liderança na área, intercâmbio, e participação em redes de pesquisa. Essas informações contribuem para aferir a maturidade do Corpo Docente proposto e sua capacidade de liderar grupos de pesquisa bem sucedidos.

Para a implantação de Doutorado, os docentes deverão ter experiência de orientação na graduação (iniciação científica e/ou trabalho de conclusão de curso) e na Pós-graduação (mestrado). É desejável, ainda, que o Corpo Docente não seja todo composto por recém-doutores ou por doutores com tempo de atuação profissional que ultrapasse a exigência legal para aposentadoria, ou que já estejam aposentados em outras instituições, e que tenham sido reunidos apenas com o objetivo de constituir um grupo experiente para iniciar um Programa em uma nova instituição. Evidentemente, alguns docentes experientes e já aposentados, mas ainda muito produtivos – e são muitos os casos – podem compor o Corpo Docente do Programa.

Deverá ser evidenciado que o Corpo Docente tenha atividades de pesquisa vinculadas aos projetos de pesquisa do programa.

Atividade de Pesquisa

As linhas e os projetos de pesquisa deverão estar coerentemente vinculados à proposta do programa e

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

à(s) área(s) de concentração. Deve-se ressaltar que os projetos de pesquisa devem abranger e refletir as atividades do programa (e não a atividade docente).

A proposta deve destacar os apoios (em formas de financiamentos ou parcerias) recebidos pelos projetos de pesquisa em desenvolvimento, o que assegura uma maior visibilidade das iniciativas e capacidade de captação de recursos do Corpo Docente. Tais apoios constituem, adicionalmente, evidências do mérito das propostas de pesquisa desenvolvidas pelo grupo.

É importante que a proposta registre as formas de intercâmbio e inserção dos docentes em redes de pesquisa nacionais e/ou internacionais, que revelem sua articulação com Centros de pesquisa relevantes para a área de concentração ou linhas de pesquisa do Programa.

Produção Intelectual

A produção intelectual deve guardar estreita relação com a proposta, a(s) área(s) de concentração, as linhas e os projetos de pesquisa do curso proposto, assim como com o perfil de formação desejado. Os docentes permanentes devem possuir publicação científica de qualidade e vinculada à proposta do programa. Para ser recomendada, a proposta deve atender aos critérios mínimos exigidos para a nota 4, conforme critérios de avaliação da área.

É recomendável conhecer os indicadores de produção na área de Medicina Veterinária, descrevendo como o grupo se situa em relação a esse perfil e como projeta o seu desenvolvimento.

Infraestrutura de ensino e pesquisa

Ao propor a criação de um Programa de Pós-graduação é fundamental que a instituição viabilize as condições de acesso de docentes e discentes à literatura relevante, tanto em bibliotecas quanto em sistemas *on line*. Além de salas de aula, a instituição deve garantir, também, a existência de espaços diversificados para docentes e discentes, compatíveis com as necessidades específicas do Programa. Os laboratórios, equipamentos e outras instalações especiais requeridas pelas atividades de ensino e pesquisa do Corpo Docente devem estar assegurados dentro de padrões satisfatórios.

Apoio Institucional e condições oferecidas pela IES

A proposta deve vir acompanhada de documentos institucionais que comprovem que a mesma foi avaliada e aprovada pelas instâncias competentes no âmbito da instituição, assegurando o apoio necessário para as atividades acadêmico-científicas do curso.

Documentos que explicitem, de forma mais detalhada, o apoio que a instituição pretende dar ao Curso, podem contribuir para uma melhor avaliação das condições, das ações e dos fomentos previstos para viabilizar a implantação e consolidação do Programa.

É desejável que as ações e os fomentos sejam diversificados, não se limitando à infraestrutura física e



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

material, mas incorporando políticas que assegurem a dedicação do corpo docente às atividades de ensino e pesquisa na Pós-graduação.

Outras recomendações

A proposição de novos cursos na Área de Medicina Veterinária deve observar os critérios definidos para o Sistema de Pós-graduação como um todo e aqueles adotados pela Área de Medicina Veterinária em particular. Recomenda-se aos grupos interessados na proposição de novos cursos a leitura dos documentos da área, disponíveis na página eletrônica da CAPES (<http://www.capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4640-medicina-veterinaria>), que explicitam os critérios empregados na avaliação.

As propostas são avaliadas observando-se o atendimento às exigências para cada um de seus elementos: objetivos, concepção sobre a formação a ser oferecida, base de pesquisa, estrutura curricular, qualificação e experiência do Corpo Docente e condições institucionais.

É importante que a proposta de um curso novo reflita a realidade de produção científica e organização acadêmica dos seus participantes (em particular, do Corpo Docente permanente). Ainda que a proposta possa projetar desenvolvimentos futuros do grupo, espera-se que ela descreva uma realidade que pode ser claramente visualizada face às condições presentes de atuação do Corpo Docente permanente.

MESTRADO PROFISSIONAL

Proposta do Curso

O mestrado profissional (MP) é uma modalidade de formação em Pós-graduação voltada para um público, preferencialmente, fora da academia e que enfatiza uma qualificação destinada à pesquisa aplicada, produção de tecnologias e inovação dos processos e da gestão da produção no Complexo Agroindustrial Brasileiro. Trata-se de um treinamento orientado por demandas bem qualificadas e com ênfase para a solução de problemas do setor. O MP é voltado para a aplicação de conhecimento e para objetivos profissionais representando, além da qualificação técnica, um meio de transferência de conhecimento. Esta modalidade de mestrado possui caráter de terminalidade e deve formar mestres para o exercício preferencial de outras profissões que não envolvem docência acadêmica e pesquisa científica, mas devem receber formação que os capacite a fazer análise crítica do conhecimento e de sua aplicação. A função básica de um MP deve ser a de obter desenvolvimentos significativos de competências superiores de nível crítico, estratégico, criativo, analítico e interpretativo sobre questões e problemas do setor, conforme interesses e expectativas da sociedade.

Esta modalidade de Pós-graduação caracteriza-se por abordagem interdisciplinar, de modo a integrar conhecimento sem concentração disciplinar rígida, mas que mantém estreita relação com a academia e com o setor produtivo. Deve ter caráter próprio e não pode sobrepor-se ao mestrado acadêmico. Para assegurar seu funcionamento, o projeto de MP deve prever bases regulares centradas nos seguintes aspectos: conceitos acadêmicos norteadores, núcleo docente básico, suporte administrativo e

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

infraestrutura física. A proposta de criação deve expressar os objetivos detalhados e apresentar de forma clara e direta a associação entre as atividades de formação e a qualificação técnico-profissional do egresso. Além disso, o curso pode ainda ser criado para induzir o surgimento de novos campos de atividade profissional qualificada.

Com tais características, a proposta estaria suficientemente diferenciada de iniciativas de atualização profissional, com aquelas promovidas regularmente por cursos de especialização.

Uma proposta de Mestrado Profissional na Área de Medicina Veterinária deve articular de modo consistente as disposições, definições e orientações estabelecidas na Portaria Normativa MEC, nº 17/2009.

A Portaria Normativa MEC, nº 17/2009 descreve as principais características e exigências dos cursos de Mestrado Profissional em seu artigo 7, que citamos a seguir:

Art. 7º A proposta de Mestrado Profissional deverá, necessária e obrigatoriamente:

I - apresentar estrutura curricular objetiva, coerente com as finalidades do curso e consistentemente vinculada à sua especificidade, enfatizando a articulação entre conhecimento atualizado, domínio da metodologia pertinente e aplicação orientada para o campo de atuação profissional;

II - possibilitar a inclusão, quando justificável, de atividades curriculares estruturadas das áreas das ciências sociais aplicadas correlatas com o curso, tais como legislação, comunicação, administração e gestão, ciência política e ética;

III - conciliar a proposta ao perfil peculiar dos candidatos ao curso;

IV - apresentar, de forma equilibrada, Corpo Docente integrado por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação;

V - apresentar normas bem definidas de seleção dos docentes que serão responsáveis pela orientação dos alunos;

VI - comprovar carga horária docente e condições de trabalho compatíveis com as necessidades do curso, admitido o regime de dedicação parcial;

VII - prever a defesa apropriada na etapa de conclusão do curso, possibilitando ao aluno demonstrar domínio do objeto de estudo com plena capacidade de expressar-se sobre o tema;

VIII - prever a exigência de apresentação de trabalho de conclusão final do curso.

§ 1º O Corpo Docente do curso deve ser altamente qualificado, conforme demonstrado pela produção intelectual constituída por publicações específicas, produção artística ou produção técnico-científica ou ainda por reconhecida experiência profissional, conforme o caso.

§ 2º A qualificação docente deve ser compatível com a área e a proposta do curso, de modo a oferecer adequadas oportunidades de treinamento para os estudantes e proporcionar temas relevantes para o seu trabalho de mestrado.

§ 3º O trabalho de conclusão final do curso poderá ser apresentado em diferentes formatos, tais como dissertação, revisão sistemática e aprofundada da literatura, artigo, patente, registros de propriedade intelectual, projetos técnicos, publicações tecnológicas; desenvolvimento de aplicativos, de materiais didáticos e instrucionais e de produtos, processos e técnicas; produção de programas de



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

mídia, editoria, composições, concertos, relatórios finais de pesquisa, softwares, estudos de caso, relatório técnico com regras de sigilo, manual de operação técnica, protocolo experimental ou de aplicação em serviços, proposta de intervenção em procedimentos clínicos ou de serviço pertinente, projeto de aplicação ou adequação tecnológica, protótipos para desenvolvimento ou produção de instrumentos, equipamentos e kits, projetos de inovação tecnológica, produção artística, sem prejuízo de outros formatos, de acordo com a natureza da área e a finalidade do curso, desde que previamente propostos e aprovados pela CAPES.

§ 4º Para atender situações relevantes, específicas e esporádicas, serão admitidas proposições de cursos com duração temporária determinada.

III. Considerações gerais sobre a Avaliação Trienal 2013

A Área de Medicina Veterinária decidiu manter os critérios de Avaliação dos PPGs que haviam sido utilizados no Triênio anterior (2007-2009), uma vez que considera que os mesmos foram bem elaborados e possibilitaram a classificação dos referidos programas, de forma criteriosa e adequada ao perfil da área.

Desta forma, a Avaliação Trienal será realizada por uma equipe de professores, de preferência, pesquisadores do CNPq (PQ) que atuam em Universidades de todas as regiões do país e nas diferentes áreas do conhecimento da Medicina Veterinária. Todos os programas serão avaliados quanto à qualidade de sua Proposta, do Corpo Docente, do Corpo Discente, Teses e Dissertações, da Produção Intelectual e da Inserção Social.

A proposta do programa tem peso zero para fins de contabilização da nota do programa. No entanto, a avaliação deste quesito é considerada um indicador qualitativo na atribuição da nota final do programa. O Corpo Docente deve apresentar competência e maturidade científica para as atividades de ensino, orientação e pesquisa. O Corpo Discente, as Teses e Dissertações e a Produção Intelectual (quesitos 3 e 4) serão considerados como pontos centrais ou mais relevantes na avaliação. Na Inserção Social será avaliada a atuação do programa no contexto regional, nacional e internacional, considerando o impacto científico, tecnológico, econômico e educacional, bem como o envolvimento em ações de integração social e de solidariedade.

Visando auxiliar o crescimento da Área e prepará-la para as demandas científicas e tecnológicas do próximo triênio, a coordenação recomenda que o(a)s coordenadores (as) realizem um plano de metas para seu programa, que possam ser realizadas com sucesso a curto, médio e longo prazo. Dentre as metas, devem ser incluídas a formalização ou consolidação de convênios de cooperação internacional, independente da nota do programa, bem como estimular os discentes a realizarem estágios fora do país.

Além disso, a Área sinaliza que, visando promover a inovação tecnológica, os coordenadores dos PPGs devem estimular os seus DP a produzirem um produto ou processo que possa resultar em



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

depósito de patentes, em conjunto com os seus orientados. Para isto, recomenda-se que sejam realizados debates nos PPGs, com o objetivo de transmitir conhecimentos e desmistificar alguns conceitos da inovação tecnológica.

SEMINÁRIOS DE ACOMPANHAMENTO

Em 2011 e 2012 foram realizados Seminários de Acompanhamento dos PPGs da Área de Medicina Veterinária, na sede da CAPES, onde participaram os Coordenadores ou seus representantes legais. Durante os referidos seminários foram discutidos os critérios de avaliação da Área e a necessidade de indução de cursos de Pós-Graduação nas regiões menos favorecidas e em diferentes mesorregiões brasileiras. Da mesma forma, foram discutidas também as atualizações do Qualis Periódico e a formação de redes nacionais em áreas estratégicas. Como forma de induzir o aumento na elaboração de trabalhos de Tese e Dissertação que resultem em depósito/registro de patente, a Área incluiu nas atividades do Seminário de Acompanhamento, realizado no ano de 2011, uma palestra sobre *Propriedade Intelectual*, tendo tido uma grande repercussão na plateia, e que resultou em um debate bastante frutífero para os participantes. No ano de 2012, a Área incluiu na programação do Seminário de Acompanhamento uma palestra sobre *Formas de Internacionalização dos PPGs*, proferida pela Diretora de Relações Internacionais da CAPES, onde foram enfatizados a garantia da qualidade, os novos acordos de cooperação internacional e os objetivos do programa Ciências sem Fronteiras, suas modalidades, setores de atuação e acordos com o setor produtivo. Finalizando o Seminário, foram apresentadas palestras sobre os novos modelos de Programas de Pós-Graduação, ou seja, sobre as formas associativas de Pós-Graduação e sobre o Mestrado Profissional. A respeito das formas associativas, foi organizado um Workshop relativo aos resultados de programas Dinter e Procad.

IV. Considerações sobre Qualis-Periódicos (Artístico), Roteiro para Classificação de Livros / Eventos /Produtos Técnicos e os critérios para a estratificação e uso dos mesmos na avaliação

QUALIS-PERIÓDICOS

É notável o fato de que a Área de Medicina Veterinária publica seus artigos em periódicos da área básica, cujos fatores de impacto são geralmente altos, assim como nas áreas aplicadas, com menores fatores de impacto. Em virtude desta grande variação nos fatores de impacto, em 2011 a Área modificou alguns critérios de priorização para o Qualis, os quais foram acatados pelos Coordenadores dos PPGs presentes no Seminário de Acompanhamento dos Programas, realizado em outubro de 2011.

Os critérios de classificação do Qualis periódico foram mantidos na atualização do Qualis realizada em 2012 e correspondeu ao apoio a 18 Revistas que possuem fator de impacto, em virtude das mesmas representarem 30% do total de publicações da Área no período 2007-2010 (3.844 artigos). Desta forma, estabeleceu-se que, após a classificação de acordo com os critérios estabelecidos pela Área, os

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

seguintes Periódicos subiriam um nível na classificação do Qualis, sendo eles: Acta Scientiae Veterinariae; Animal Reproduction Science; Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia; Brazilian Journal of Microbiology; Ciência Rural; Genetics and Molecular Research; Parasitology Research; Pesquisa Veterinária Brasileira; Reproduction in Domestic Animals; Reproduction, Fertility and Development; Research in Veterinary Science; Revista Brasileira de Ciência Avícola; Revista Brasileira de Medicina Veterinária; Revista Brasileira de Parasitologia Veterinária; Revista Brasileira de Zootecnia; Semina; Ciências Agrárias; Theriogenology; e Veterinary Parasitology.

Foram considerados como periódicos os veículos de divulgação científica com corpo editorial reconhecido, com avaliação pelos pares e dotados de ISSN. Para se obter o Qualis periódico foram consideradas (i) a estratificação proposta pelo CTC-ES, (ii) a circulação e fator de impacto do JCR e (iii) as principais bases indexadoras da área (Pub Med, Scielo, CAB International, Biological Abstracts e Zoological Records).

Os limites determinados pelo CTC-ES que nortearam a classificação foram:

- 1- O percentual de periódicos classificados em A1 deve ser menor que os em A2;
- 2 - O percentual de periódicos classificados em A1 e A2 deve ser inferior ou igual a 25% do total de periódicos classificados;
- 3 - O percentual de periódicos classificados em A1, A2 e B1 deve ser inferior a 50% do total de periódicos classificados;

Os critérios e pontos de corte são listados abaixo na Tabela 2:

Tabela 2 – Critérios para classificação dos periódicos da Área de Medicina Veterinária

<i>Classificação</i>	<i>Peso</i>	<i>Critérios</i>
A1	100	Fator de impacto do JCR $\geq 3,138$
A2	85	Fator de impacto do JCR $< 3,138$ e $\geq 2,266$
B1	70	Fator de impacto do JCR $< 2,266$ e $\geq 0,756$
B2	55	Fator de impacto do JCR $< 0,756$ ou apresentar 4 indexadores
B3	40	Apresentar 3 indexadores
B4	25	Apresentar 1 indexador
B5	0	Sem indexadores

JCR = Journal Citation Reports, ISI Web of Knowledge – Thomson Reuters.

* **Bases Indexadoras:** Zoological Record; Bioses; Pubmed; Scielo; CABI.

CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS

A Área de Medicina Veterinária não irá adotar o roteiro para classificação de livros, pois utiliza de modo pouco expressivo essa modalidade de publicação.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

PATENTES

Devido ao baixo número de patentes registradas pela área, não será realizada a classificação de patentes.

RESUMOS E TRABALHOS COMPLETOS EM ANAIS DE EVENTOS

Os trabalhos em anais de eventos serão classificados como trabalho completo ou resumo e serão utilizados somente na avaliação discente.

PRODUÇÃO TÉCNICA E EVENTOS

A Área de Medicina Veterinária irá avaliar a produção técnica do Corpo Docente dos Cursos de Mestrado Profissional. No entanto, a Área não promoverá a análise de eventos, por não ser importante para a classificação dos seus PPGs.

V. Fichas de Avaliação para o Triênio 2010-2012

MESTRADO (ACADÊMICO) E DOUTORADO

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa	0%	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	40%	O conjunto de atividades deverá atender à(s) área(s) de concentração proposta(s), suas linhas de pesquisa e projetos em andamento. A proposta curricular deverá ser adequada e coerente com as metas do Programa. Anualmente o Programa deverá informar as modificações, adequações, inovações e diferenciais ocorridos no período.
1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.	40%	O Programa deverá informar nos relatórios as metas a ser atingidas tanto no avanço do conhecimento e na formação de recursos humanos quanto na inserção social, tendo em vista os desafios nacionais e internacionais da área.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	20%	A infraestrutura disponível (própria ou convênios/acordos) para o ensino, a pesquisa, a extensão e a administração, bem como, as condições laboratoriais, áreas experimentais, áreas de informática e a biblioteca deverão ser adequadas ao desenvolvimento das atividades do programa.
2 – Corpo Docente		
20%		
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.	20%	<p>Nos casos de Mestrado Acadêmico e Doutorado, o Corpo Docente tem que possuir o título de Doutor, possuir experiência e ter perfil acadêmico e produção científica adequada ao Programa.</p> <p>Verificar se a formação dos docentes é diversificada quanto às instituições; valorizar os indicadores de atualização da formação e de intercâmbio com outras instituições; avaliar aspectos como: experiência, projeção nacional e internacional, natureza da produção intelectual, participação em comissões especiais, premiações e outras atividades consideradas relevantes na área.</p> <p>No caso de programas com doutorado, verificar se o Corpo Docente tem atraído estágios seniores, pós-doutorais ou atividades similares.</p> <p>Verificar se há critérios e procedimentos bem definidos e adequados para o credenciamento de orientadores do Mestrado e do Doutorado.</p>
2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.	20%	Verificar se o programa tem uma base sólida em seu núcleo de Docentes Permanentes (DP) de modo a garantir o pleno desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e orientação do programa. Apontar se o programa depende em excesso de professores colaboradores ou visitantes. Considerar a proporção de permanentes em face dos demais docentes em relação às atividades de orientação, docência e publicação científica. A proporção deverá seguir os parâmetros definidos pela área, conforme Portarias CAPES nº 01 e nº 02/2012.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>É desejável que o programa tenha no mínimo 70% de docentes permanentes e que o percentual de DP em condições especiais (PRODOC e conveniados), em relação ao total de DP, não ultrapasse 30%.</p> <p>Analisar a trajetória da equipe de DP, identificando eventuais oscilações em sua composição e nível de qualificação. Atentar para mudanças que possam expressar queda de qualidade da equipe ou falta de respaldo da IES ao programa.</p> <p>É recomendável a ampliação do Corpo Docente permanente; porém a alteração de docente permanente para colaborador deverá ser devidamente justificada.</p>
<p>2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.</p>	<p>40%</p>	<p>Verificar se há equilíbrio na participação dos Docentes Permanentes ministrando disciplinas e orientando na Pós-graduação.</p> <p>Verificar a participação docente, as formas e o impacto da atuação destes em projetos de pesquisa e sua capacidade de manutenção dos mesmos, seja como bolsista de produtividade (PQ) do CNPq, seja na obtenção ou captação de financiamentos (públicos ou privados) e participação em programas ou projetos especiais. É desejável que o programa tenha, no mínimo, 90% de Docentes Permanentes atuando nas atividades de ensino e orientação na Pós-graduação e em pesquisa e desenvolvimento de projetos.</p>
<p>2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação.</p>	<p>20%</p>	<p>Avaliar a participação dos docentes nas atividades de ensino e orientação na graduação (orientação de IC, monografia, tutoria e estágios formais). Considerar as implicações positivas dessa participação na formação de futuros ingressantes na PG. É desejável que o programa tenha, no mínimo, 80% de Docentes Permanentes atuando nas atividades de ensino e orientação na Graduação.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações	35%	
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.	30%	Avaliar a quantidade de Teses (T) e Dissertações (D) concluídas em relação ao Corpo Docente permanente e à dimensão do Corpo Discente, verificando se a proporção é adequada e se as T e D concluídas indicam atuação efetiva do Corpo Docente na orientação.
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.	15%	<p>Será avaliado se todo discente tem orientador e se todos os Docentes Permanentes orientaram pelo menos um aluno no triênio. A distribuição discente/docente deverá ser equilibrada. Na Medicina Veterinária a relação aluno/orientador deverá situar-se entre 2 e 12 alunos/orientador (Valor este absoluto e não média). Este valor considera o número total de alunos por orientador, considerando TODOS os PPGs onde o docente atua.</p> <p>Docentes pesquisadores do CNPq ou com produção científica equivalente, com capacidade de captação de recursos, com comprovada experiência na formação de Mestres e Doutores e estrutura laboratorial adequada poderão ter maior número de orientados, porém nunca acima de 20.</p> <p>Programas que tiverem docentes sem orientandos ou docentes com mais 12 (doze) alunos, desde que não preencham os requisitos de excelência descritos acima, serão penalizados.</p>
3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da Pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.	45%	<p>As teses e dissertações devem estar vinculadas às atividades e ao perfil do programa, e é desejável que todo o trabalho de conclusão (T e D) gere publicações.</p> <p>Os membros das bancas examinadoras devem possuir o título de doutor e apresentar perfil e experiência compatível com o nível. Devem ser evitadas bancas endógenas.</p> <p>Analisar a participação de Discentes-autores, quanto ao número de artigos publicados e a proporção de discentes-autores em relação ao total de discentes do programa. Avaliar a</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		participação dos alunos de graduação, bolsistas de IC, estagiários e monitores em congressos e produção bibliográfica (anais e periódicos).
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	10%	Será avaliada pelo tempo médio de formação de Mestres e Doutores.
4 – Produção Intelectual	35%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	55%	A produção intelectual será avaliada tendo por base o Qualis da área. A área recomenda que a produção de Docentes Permanentes que participam em mais de um Programa seja discriminada pelos Coordenadores, levando-se em consideração o tipo de colaboração da qual resultou a referida produção. Será considerada a produção vinculada às linhas e projetos de pesquisa do programa. A produção intelectual também será avaliada pelo número médio de artigos publicados pelo Corpo Docente Permanente em periódicos A1, A2 e B2 do Qualis da Área.
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	30%	Será verificada a distribuição das publicações do Qualis entre os Docentes Permanentes. É recomendável que todo Docente Permanente publique e que a produção seja equilibrada entre os docentes, áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa.
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	15%	Verificar a existência de produções relevantes compatíveis com o perfil do programa e o Corpo Docente Permanente. Patentes, produtos e inovações devem ser estimulados e avaliados.
5 – Inserção Social	10%	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	60%	Serão considerados os seguintes itens: - Desenvolvimento Tecnológico; - Impacto Regional; - Impacto Educacional; - Atuação Acadêmica destacada; - Cooperação com o setor público e privado.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

<p>5.2. Integração e cooperação com outros programas e Centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da Pós-graduação.</p>	<p>25%</p>	<p>Participação em programas de cooperação e de intercâmbio; participação em projetos de cooperação entre programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação na pesquisa ou o desenvolvimento da Pós-graduação em regiões ou meso-regiões geográficas menos aquinhoadas (atuação de professores visitantes; participação em programas como PQL, PROCAD, Dinter/Minter ou similares).</p>
<p>5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação.</p>	<p>15%</p>	<p>5.3.1 Manutenção de página <i>Web</i> Divulgação de forma atualizada dos dados internos do Programa, critérios de seleção de alunos, parte significativa de sua produção docente, financiamentos recebidos da CAPES e de outras agências públicas e privadas. Área(s) de Concentração, suas linha(s) de pesquisa, Corpo Docente, Corpo Discente e formas de contato.</p> <p>5.3.2 Garantia de amplo acesso a Teses e Dissertações Divulgação na íntegra das Teses e Dissertações defendidas na <i>Web</i>.</p>

MESTRADO PROFISSIONAL

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
<p>1 – Proposta do Programa</p>	<p>0%</p>	
<p>1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa.</p>	<p>40%</p>	<p>Analisar a coerência, consistência e abrangência dos objetivos, área de concentração, linhas de pesquisa, projetos e disciplinas.</p> <p>Analisar as ementas das disciplinas, verificando a atualidade das referencias bibliográficas.</p> <p>Analisar a presença de disciplinas metodológicas e instrumentais necessárias ao desenvolvimento dos projetos.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

<p>1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.</p>	<p>30%</p>	<p>Analisar os mecanismos de interação entre o programa e os respectivos campos profissionais.</p> <p>Analisar a coerência entre o programa e o público alvo.</p>
<p>1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.</p>	<p>10%</p>	<p>Analisar a adequação da infra-estrutura para o ensino, a orientação, a pesquisa, a administração, laboratórios de informática e a biblioteca disponível para o Programa.</p>
<p>1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.</p>	<p>20%</p>	<p>Analisar a adequação da proposta às necessidades regionais e nacionais do campo profissional.</p> <p>Analisar as perspectivas do programa relativas à qualificação do Corpo Docente.</p> <p>Analisar o planejamento do programa quanto a desenvolvimentos futuros.</p>
<p>2. Corpo Docente</p>	<p>20%</p>	
<p>2.1. Perfil do Corpo Docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.</p>	<p>50%</p>	<p>Analisar se o Corpo Docente Permanente (DP) é formado de forma equilibrada por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação (conforme o estabelecido no Art. 7º da Portaria Normativa MEC nº 17/2009. Portaria Ministerial sobre Mestrado Profissional).</p> <p>Analisar se o Corpo Docente tem titulação e/ou atuação em PD&I nas áreas de concentração do Mestrado Profissional.</p> <p>Analisar o nível de experiência e a projeção nacional e internacional do Corpo Docente.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

<p>2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.</p>	<p>30%</p>	<p>Analisar a dimensão e a estabilidade do Corpo Docente permanente.</p> <p>Analisar a carga horária de dedicação dos docentes permanentes ao programa, considerando o estabelecido pelo inciso VI do Art. 7º da Portaria Normativa MEC nº 17/2009: “a proposta de Mestrado Profissional deverá, necessária e obrigatoriamente, comprovar carga horária docente e condições de trabalho compatíveis com as necessidades do curso, admitido o regime de dedicação parcial”.</p> <p>Analisar se os projetos de pesquisa e desenvolvimento contam com financiamento.</p>
<p>2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.</p>	<p>20%</p>	<p>Analisar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento e orientação do programa entre os Docentes Permanentes.</p> <p>Analisar a existência de dependência em relação a docentes colaboradores ou visitantes.</p>
<p>3. Corpo Discente e Trabalho de Conclusão</p>	<p>30%</p>	
<p>3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao Corpo Discente titulado e ao Corpo Docente do programa</p>	<p>30%</p>	<p>Analisar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC nº 17/2009) concluídos e o número de alunos matriculados no período.</p> <p>Analisar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC nº 17/2009) concluídos e o número de docentes do programa.</p>
<p>3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos</p>	<p>40%</p>	<p>Analisar a proporção de discentes e egressos autores (titulados nos últimos 3 anos) com publicações em relação à dimensão do Corpo Discente.</p> <p>Analisar a produção do Corpo Discente em eventos científicos: trabalhos apresentados, resumos em anais, etc.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		Analisar a produção discente com base no Qualis periódico, classificação de livros e produção técnica.
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos	30%	<p>Analisar a aplicabilidade do trabalho de conclusão do mestrado junto a setores não acadêmicos, órgãos públicos/privados, etc.</p> <p>Analisar os resumos dos trabalhos de conclusão que devem conter a explicitação do problema, as soluções elaboradas e a potencial aplicação.</p>
4. Produção Intelectual	30%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente	30%	Analisar a produção bibliográfica (artigos em periódicos, livros e capítulos científicos) per capita dos docentes permanentes do programa.
4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes.	30%	<p>Analisar a produção técnica dos docentes permanentes do programa considerando:</p> <p>a) documentos elaborados para agências internacionais, instituições nacionais, estaduais e municipais relacionadas com a formulação, implementação e avaliação da Medicina Veterinária, desde que tenham sido publicadas em meio impresso ou eletrônico;</p> <p>b) Participação dos docentes em comissões e comitês técnicos relacionados à área;</p> <p>c) Participação de docentes na editoria de periódicos científicos da área;</p> <p>d) Elaboração de normas, protocolos e programas de Medicina Veterinária.</p> <p>e) Consultorias e assessorias no âmbito da Medicina Veterinária.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		f) Desenvolvimento de produtos de uso na Medicina Veterinária.
4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao Corpo Docente permanente do programa	20%	Analisar a distribuição da publicação qualificada e da produção técnica entre os docentes permanentes do programa.
4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa.	20%	Analisar a articulação entre a produção artística, técnica e a publicação científica qualificada do programa. Analisar a articulação da produção técnica e científica com os objetivos do programa
5. Inserção Social	20%	
5.1. Impacto do Programa	40%	Analisar se o Mestrado Profissional atende a uma ou mais dimensões de impacto nos níveis local, regional ou nacional: a) Impacto social: formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública, e para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento no melhoramento das condições de vida da população e na resolução dos mais importantes problemas sociais do Brasil; b) Impacto tecnológico: contribuição para o desenvolvimento local, regional e/ou nacional, destacando os avanços na disseminação de técnicas e de conhecimentos que contribuam para maior efetividade da Medicina Veterinária; c) Impacto econômico: contribuição para maior eficiência nas organizações públicas ou privadas, tanto de forma direta como indireta; d) Impacto sanitário: contribuição para a

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>formação de recursos humanos qualificados para a formulação de políticas específicas da área de Medicina Veterinária;</p> <p>e) Impacto profissional: contribuição para a formação de profissionais que possam introduzir mudanças na forma como vem sendo exercida a profissão, com avanços reconhecidos pela categoria profissional.</p>
5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.	20%	<p>Analisar a participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos com outros na mesma área, dentro da modalidade de Mestrado Profissional;</p> <p>Analisar a participação em projetos de cooperação entre cursos/Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação, a pesquisa, o desenvolvimento da pós-graduação ou o desenvolvimento econômico, tecnológico e/ou social, particularmente em locais com menor capacitação científica ou tecnológica.</p>
5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.	20%	<p>Analisar a atuação dos docentes em atividades de cooperação técnica, formação de recursos humanos, consultorias, pesquisa e outras junto às instituições setoriais no nível local, municipal, regional, estadual ou nacional.</p>
5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa	20%	<p>- Examinar a divulgação atualizada e sistemática do Programa, com ênfase na manutenção de página na internet. Entre outros itens, será importante a descrição de objetivos, estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, Corpo Docente;</p> <p>- Examinar a divulgação dos trabalhos finais, resguardadas as situações em que o sigilo deve ser preservado (Art. 2º Portaria CAPES nº 13/2006).</p>



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

VI. Considerações e definições sobre internacionalização/inserção internacional

Definição de inserção internacional

A internacionalização dos Programas de Pós-graduação da área de Medicina Veterinária é evidenciada pela inserção da produção intelectual em veículos de divulgação de acesso internacional. Este processo ocorre em diferentes níveis, desde uma parceria visando à consolidação do programa até uma contribuição bilateral entre centros de excelência. Além disso, este processo pode ocorrer também pela formação de parcerias visando consolidar centros ainda emergentes.

Dentre as ações que podem contribuir para o processo de internacionalização dos Programas de Pós-graduação da Área de Medicina Veterinária ressalta-se a realização de doutorado sanduíche, estágios Pós-Doutoral e convênios estruturados e de maior duração. Ressalta-se, entretanto, que a participação de docentes e discentes em eventos no exterior tem crescido consideravelmente, dando maior visibilidade à Área, assim como as cooperações internacionais que estão sendo realizadas na forma de projetos em colaborações, vinculando a visita de professores brasileiros e estrangeiros entre as instituições e à produção intelectual em colaboração com pesquisadores estrangeiros.

Processos de internacionalização de Programas de Pós-Graduação

A Área tem incentivado o processo de internacionalização, tendo realizado no ano de 2012 um **Workshop na Alemanha**, com a participação de 11 PPGs (nota 5) do Brasil e cinco Universidades alemãs com curso de Medicina Veterinária (Giessen, Lipzig, Berlim, Munique e Hannover). Além disso, foram realizadas visitas técnicas às Universidades de Giessen e de Hannover, com o objetivo de conhecer as instalações e possibilitar o aumento de intercâmbio entre estudantes e professores dos dois países. Sendo a Alemanha um centro avançado na área da Medicina Veterinária, principalmente em animais de produção, objetivou-se, com a realização do evento, contribuir para a internacionalização desses PPGs, possibilitando o intercâmbio entre pesquisadores e estudantes da Pós-Graduação.

Ressalta-se, ainda, o esforço da Área em atender à demanda de solicitação de bolsas de doutorado pleno, doutorado sanduíche e estágio pós-doutoral, bem como a participação em evento científico no exterior. A Área também tem estimulado a participação e organização de eventos no exterior; participação em comitês de consultoria científica, bem como publicação conjunta de trabalhos científicos. Assim, espera-se estimular os PPGs a realizarem maior intercâmbio, com o objetivo de consolidar **Centros de excelência em ensino e pesquisa de padrão internacional**. Além dos programas com notas 6 e 7, observa-se que alguns programas nota 5 já possuem uma política de internacionalização bem estruturada, promovendo eventos e

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

intercâmbios internacionais.

Considerações sobre atribuição de notas 6 e 7:

1. Nível de qualificação, de produção e de desempenho equivalente ao dos Centros internacionais de excelência na formação de recursos humanos.

Avaliar se o Programa apresenta qualidade equivalente ao dos Centros de excelência internacional, por meio de sua presença internacional relevante e de impacto, tanto na produção científica quanto na participação em convênios, equipes de projetos, etc. A internacionalização do programa deve ser caracterizada por ações contínuas, baseadas em planos de ação definidos pelo Programa de Pós-graduação e pela IES.

Indicadores de Participação Internacional:

- Participações em comitês, diretorias, sociedades e programas internacionais;
- Colaborações internacionais (docência, consultorias, editoria, visitas);
- Participação em intercâmbios e convênios de cooperação caracterizados por reciprocidade;
- Cooperação e fomento de instituições internacionais (cooperação formal e financiamentos do exterior) com intercâmbio de alunos e de docentes;
- Participação discente em atividades e em publicações no exterior;
- Realização, organização e participação em eventos internacionais qualificados;
- Produção científica destacada no cenário internacional (avaliar o veículo e a proporção da produção internacional): Avaliação pelo fator de impacto médio das publicações;
- Presença de docentes ou discentes estrangeiros no programa;
- Presença de bolsistas doutores ou em treinamento sabático no programa;
- Prêmios, reconhecimento ou destaque de nível internacional;
- Citações.

2. Consolidação e liderança nacional do programa como formador de recursos humanos para a pesquisa e a Pós-graduação.

Será avaliado pela consolidação do programa como formador de recursos humanos e não apenas como importante Centro de produção de pesquisa e pela liderança nacional na nucleação de programas de PG, de grupos de pesquisa, onde serão considerados:

- Qualidade da produção relevante;
- Grau de inserção internacional das atividades do Programa;
- Consolidação dos indicadores atuais (triênio) e histórico do programa (últimas avaliações);
- Liderança, atuação destacada do corpo docente e proporção de bolsistas PQ;
- Desempenho, destaques e empregabilidade dos egressos.

3. Inserção e impacto regional e nacional do programa; integração e solidariedade com outros programas com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da Pós-graduação e



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

visibilidade ou transparência dada a sua atuação.

Serão avaliadas, além da inserção e impacto regional e nacional do programa, a integração e solidariedade dos Programas de Pós-Graduação com maior nota com aqueles que se encontram iniciando as suas atividades acadêmicas ou que possuem alguma dificuldade em desenvolver a pesquisa e as atividades acadêmicas do seu programa. Ressalta-se, também, a importância da visibilidade e transparência do programa, possibilitando fornecer informações a todos que busquem informações do programa.

As notas 6 e 7 são reservadas exclusivamente para os programas com doutorado que obtiveram nota 5 e conceito “Muito Bom” em todos os quesitos (Proposta do Programa; Corpo Docente, Teses e Dissertações; Produção Intelectual e Inserção Social) da ficha de avaliação e que atendam, necessariamente, a três condições:

- **Nota 6:** predomínio do conceito “Muito Bom” nos itens de todos os quesitos da ficha de avaliação, mesmo com eventual conceito “Bom” em alguns itens; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).
- **Nota 7:** conceito “Muito Bom” em todos os itens de todos os quesitos da ficha de avaliação; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) altamente diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).



Comissão de Área - Avaliação

Período de Avaliação: 2010 a 2012 **Etapa:** Avaliação Trienal 2013

Área de Avaliação: 24 - MEDICINA VETERINÁRIA

Comissão Responsável pela Avaliação:	Sigla IES	
ALCEU MEZZALIRA	UDESC	Consultor(a)
AMAURI ALCINDO ALFIERI	UEL	Consultor(a)
ANA LUCIA ABREU -SILVA	UEMA	Consultor(a)
ANTONIO DE PINHO MARQUES JUNIOR	UFMG	Consultor(a)
CARLOS EDUARDO AMBROSIO	USP	Consultor(a)
CLAUDIO WAGECK CANAL	UFRGS	Consultor(a)
CONCEPTA MARGARET MCMANUS PIMENTEL	UNB	Consultor(a)
DOUGLAS MCINTOSH	UFRRJ	Consultor(a)
EDUARDO FURTADO FLORES	UFMS	Consultor(a)
EDUARDO PAULINO DA COSTA	UFV	Consultor(a)
FELIPE PERECIN	USP	Consultor(a)
JAIRO PEREIRA NEVES	UNIFENAS	Consultor(a)
JOSE JURANDIR FAGLIARI	UNESP/JAB	Consultor(a)
JOSE RICARDO DE FIGUEIREDO	UECE	Coordenador(a) Adjunto(a)
MARIA ANGELICA MIGLINO	USP/ESALQ	Coordenador(a)
OTAVIO MITIO OHASHI	UFPA	Consultor(a)
PAULO CESAR MAIORKA	USP	Consultor(a)
RODRIGO COSTA MATTOS	UFRGS	Consultor(a)
ROMAO DA CUNHA NUNES	UFG	Consultor(a)
ROMULO CERQUEIRA LEITE	UFMG	Coordenador(a) Adjunto(a) Mestrado Profissional
SERGIO BORGES MANO	UFF	Consultor(a)
SONY DIMAS BICUDO	UNESP/BOT	Consultor(a)